



O LIVRO DIDÁTICO E A LEI 11.645/08: A TEMÁTICA INDÍGENA NO PROJETO ARARIBÁ HISTÓRIA (2006 – 2014)

Paulo César Camurça Melo¹, Fátima Maria Leitão Araújo²

- 1- Mestrando Interdisciplinar em História e Letras - UECE; Graduado em Geografia - UECE; Graduado em Administração - UFC; Especialista em Gestão Pública - UNILAB; E-mail: paulocezar.c.melo@hotmail.com
- 2- Professora da UECE; Graduação em História - UECE; Especialização em História das Ideias Políticas - UECE. Mestrado em Educação – UFC; Doutorado em Educação Brasileira – UFC; Pós-doutorado em Educação - UFMG.

Recebido em: 15/05/2021 – Aprovado em: 15/06/2021 – Publicado em: 30/06/2021
DOI: 10.18677/EnciBio_2021B20

RESUMO

O presente artigo visa identificar mudanças e manutenções em uma das coleções de história mais difundidas pelo Programa Nacional do Livro Didático. Diante da premência de entender a repercussão da Lei 11.645/2008, foi desenvolvido um estudo empírico sobre o livro didático de História, tendo por foco a análise das abordagens sobre os povos indígenas em duas edições da coleção Projeto Araribá História, uma com publicação anterior e outra posterior à Lei 11.645/08. Alguns avanços nos textos e imagens em relação aos povos originários foram identificados na maioria dos volumes da coleção, um aumento na visibilidade dada aos indígenas, suas histórias, culturas, resistências e diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático; Lei 11.645/08. Povos indígenas.

THE TEXTBOOK AND THE LAW 11.645/08: INDIGENOUS THEME IN THE ARARIBÁ HISTORY PROJECT (2006 – 2014)

ABSTRACT

This article aims to identify changes and maintenance in one of the most widely disseminated history collections by the National Textbook Program. Because of the urgency of understanding the repercussions of Law 11.645/2008, an empirical study on the History textbook was developed, focusing on the analysis of approaches to indigenous peoples in two editions of the Projeto Araribá História collection, one with a previous publication and another after Law 11.645/08. Some advances in texts and images concerning the original peoples were identified in most of the volumes in the collection, an increase in the visibility given to the indigenous people, their histories, cultures, resistance, and diversity.

KEYWORDS: Indigenous Peoples, Textbook; Law 11.645/08.

INTRODUÇÃO

Diante de sua importante presença nas escolas e por se constituir instrumento pedagógico mais utilizado, atualmente, na Educação Básica, o livro didático tem suscitado estudos acadêmicos sobre esse recurso pedagógico, de modo geral e em disciplinas específicas. Várias abordagens e temáticas passam a compor o elenco de preocupações dos pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, trazendo o livro didático como objeto e fonte de pesquisa (SALLES, 2014).

Na área da História, há várias pesquisas sobre esse instrumento que está presente em todas as escolas públicas do Brasil por meio do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, que avalia, compra e distribui para todos os estudantes dessas instituições. Dessa forma, o livro didático é um dos recursos mais usados no processo de ensino aprendizagem, embora, em muitas escolas, este ainda seja “subutilizado”, ou seja, o professor não aproveita todas as possibilidades pedagógicas disponíveis no livro, como textos complementares, atividades, imagens, dicas de filmes e sites etc. (SILVA, 2014).

Conforme advoga Chopin, (2008) citado por Bittencourt (2008, p. 9), o livro didático é um objeto complexo, um produto cultural que tem várias funções: “[...] instrumento iniciático de leitura, vetor lingüístico, ideológico e cultural, suporte – durante muito tempo privilegiado – do conteúdo educativo, instrumento de ensino e de aprendizagem comum à maioria das disciplinas”. Portanto, o livro didático é um instrumento educacional de grande complexidade e as pesquisas, desenvolvidas nos últimos anos, demonstram que ele é influenciado pelas políticas educacionais da época de sua produção, pelo mercado editorial, pelo repertório teórico do autor e do seu lugar-social (SALLES, 2014).

Neste artigo, será discutida a abordagem do livro didático no que concerne à temática da história e cultura dos povos indígenas e dos afro-brasileiros, a partir do advento da Lei 11.645/2008. Conforme esclarecem Nascimento *et al.* (2016), antes da lei supracitada, teve a Lei 10.639 de 2003 que instituiu a obrigatoriedade da História e da Cultura afro-brasileiras como conteúdo escolar, acrescentando dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996). Estabelecendo, assim, o ensino de história e cultura afro-brasileira através de temas, como a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional (BRASIL, 2003). Em 2008, a Lei 11.645 foi sancionada, alterando novamente a LDBEN para incluir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas (BRASIL, 2008).

Atualmente, os povos indígenas representam um dos grupos mais excluídos em relação às políticas públicas. Esse lugar historicamente subalterno se articula com as violências de classe, raça e etnia praticadas pela ganância mercantilista colonial-capitalista e em nome da fé, conforme aponta Franco (2020). Para o autor, essa violência inicia-se com a chegada dos portugueses e estende-se até os dias atuais, “[...] seja através de genocídio (morte física de um povo) e/ou etnocídio (descaracterização e absorção de uma determinada cultura em relação à outra na história)” (p. 132).

De acordo com Bragato e Bigolin Neto (2017), a Constituição de 1988 promoveu vários avanços legais em direção ao reconhecimento da diversidade cultural dos povos indígenas rompendo com o modelo jurídico assimilacionista e acrescentou que estes adquiriram também o direito à demarcação das terras tradicionalmente ocupadas. No entanto, estes autores observaram que nos últimos anos tem se agravado, em um cenário de extrema violência, os conflitos entre

indígenas e ocupantes de terras. A morosidade na demarcação das terras indígenas é apontada como a principal causa desse problema, além da crescente judicialização, chegando muitas vezes, o Poder Judiciário, a anular atos administrativos de demarcação.

Diante da premência de entender a repercussão da Lei 11.645/2008, foi desenvolvido um estudo empírico sobre o livro didático de História, tendo por foco a análise das abordagens sobre os povos indígenas em duas edições da coleção Projeto Araribá História, uma com publicação anterior e outra posterior à Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008).

Esta coleção é de autoria coletiva, desenvolvida pela Editora Moderna, tendo como editora responsável, Maria Raquel Apolinário, “bacharel e licenciada em História pela Universidade de São Paulo, professora da rede estadual e municipal de ensino por 12 anos” (APOLINÁRIO, 2014). A mesma organizadora tinha um sobrenome a mais na primeira edição: Maria Raquel Apolinário Melani (MELANI, 2006).

A coleção participou do PNLD 2008, conquistando o segundo lugar nas avaliações das coleções de História. Para os avaliadores, os autores dessa coletânea não optam por heróis, mas pelos processos históricos e as diversidades das experiências humanas, envolvendo pessoas e grupos. As imagens são bem selecionadas e legendadas, auxiliando a leitura e inserindo-se nas discussões diversas, como aquelas relacionadas ao trabalho infantil, à fome, ao preconceito social, e à questão indígena (BRASIL, 2007).

No PNLD 2017, a coleção Projeto Araribá História 4ª edição, também foi bem avaliada. Segundo o Guia, a organização dos conteúdos se dá numa narrativa linear cronológica e integrada, porém, esse enfoque “não descaracterizou o caráter temático, atualizado e reflexivo da coleção e o movimento de relação com o presente político, cultural e a vida cotidiana dos alunos” (BRASIL, 2016, p.57).

Para os avaliadores, ao que se refere à Lei 11.645/08, ou seja, aos temas da História da África, afrodescendentes e indígenas, esses são abordados continuamente na coleção demonstrando significativo empenho na forma de problematizá-los, estimulando os estudantes à reflexão sobre racismo, preconceito e discriminação e às atitudes de respeito às diferenças culturais, sociais e de tolerância. Ao apresentar os povos indígenas, a coletânea destaca aspectos positivos por meio de textos e imagens evidenciando as cores e a beleza, realçando suas singularidades, mostrando serem exitosos e respeitados em suas sociedades e, dessa forma, contribuindo para desconstruir a ideia desses povos como vítimas (BRASIL, 2016).

De acordo com informações estatísticas no site do PNLD, de 2008 a 2017 essa coleção está entre as duas mais distribuídas. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo identificar mudanças e manutenções em uma das coleções de História mais difundidas pelo Programa Nacional do Livro Didático.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa teve por foco a análise da abordagem sobre os povos indígenas em duas edições da coleção do Projeto Araribá História, da editora Moderna, a 1ª edição/2006 - PNLD 2008, e 4ª edição/2014 - PNLD 2017, buscando responder a seguinte pergunta: Como era tratada a Temática Indígena nos Livros Didáticos de História do Ensino Fundamental, antes e depois da Lei 11. 645/08? Neste mister, o livro didático se constituiu objeto e fonte de pesquisa e, a partir dos

quais, se procedeu um estudo empírico para a verificação de possíveis avanços ou permanências nas abordagens sobre a referida temática.

A primeira leitura foi feita na coleção impressa em 2006, portanto, ainda corresponde a 1ª edição desse manual, embora, a primeira impressão tenha ocorrido em 2003 e reimpressa em 2004, 2005 e em 2006. A reimpressão de 2006 foi direcionada para o PNL 2008. Nessa edição, a coletânea ainda adotava a divisão do ensino fundamental II em séries que vão da quinta a oitava. A LDB que instituiu o ensino fundamental de nove anos também é de 2006, porém, com o prazo até 2010 para sua instituição.

Para identificar as mudanças na temática indígena na coleção da edição de 2006 para 2014, o presente estudo foi realizado traçando um paralelo entre cada volume das duas edições. A partir de um tema indígena encontrado na primeira edição, buscou-se a mesma temática na edição posterior. A leitura inicia-se, portanto, com o volume 1 que, na primeira edição, ainda consta a antiga nomenclatura, 5ª série. Na edição de 2014 já houve a implementação da nova nomenclatura, 6º ano. Ressalta-se, ainda, que a análise vislumbrou o livro como principal objeto e fonte de pesquisa. Foram analisados os conteúdos e as imagens, para a compreensão das representações sobre os povos indígenas presentes na referida coleção didática, em dois diferentes momentos.

As discussões e os resultados são apresentados em uma abordagem qualitativa, identificando mudanças e permanência nos discursos sobre a história e cultura indígenas, de 2006 para 2014 nos livros de História da coleção analisada.

A pesquisa foi realizada de 01/10/2020 a 30/03/2021 e, além das fontes diretas – e os livros didáticos da coleção, foram utilizadas fontes documentais oficiais, como a atual LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (DCN) e Lei 11.645/08, dentre outras. Em relação ao estado da arte sobre os temas Livro didático e Povos indígenas, destacam-se autores como: Bittencourt (2008) Silva (2014), Munakata, (2016), Paz (2016), Wittmann (2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Procedendo a análise sobre a Coleção Projeto Araribá História, volume 1 (5ª série/ 6º ano), observa-se que no livro da edição de 2006 é apresentada uma “Introdução ao estudo de História”, uma seção anterior a unidade 1. Nesta, o tema 1 - “O trabalho do historiador” - no tópico “Novos personagens em cena”, encontra-se a primeira referência aos povos indígenas. Neste tópico, são apresentadas as mudanças ocorridas na historiografia em relação aos novos grupos sociais, que passam a ser abordados por esta disciplina. A autora explica que, inicialmente, a História, em uma visão eurocêntrica, concentrava os temas em personagens nacionais da elite econômica ou do Estado. Porém, com as mudanças ocorridas recentemente, ela passa a tratar de novos personagens que antes eram silenciados, tais como: “os operários, as mulheres, as crianças, os escravos africanos e os índios” (MELANI, 2006,p.15).

Uma primeira observação em relação às mudanças na edição mais recente é o uso do termo “índio”, não só neste texto do livro, mas em vários outros. Na quarta edição, impressa em 2014, a “Introdução ao estudo de História” passa a fazer parte da unidade 1. O texto que mostra as mudanças na historiografia é encontrado no tópico “As pessoas comuns também são sujeitos da história”. Não são citados os indígenas entre os vários grupos sociais apontados como novos sujeitos ou novos

personagens da História. Porém, no tópico seguinte, “A história e as outras áreas do conhecimento”, uma imagem auxilia o entendimento do texto, uma fotografia com jovens indígenas que, segundo a legenda, é do povo Barasano apresentando uma dança capiwaya na aldeia Rouxinol, Igarapé Tarumã-Açu, Manaus-AM. Além disso, um boxe ao lado da página com o título “Grafia dos nomes dos povos indígenas”, com a seguinte observação:

Nos livros desta coleção, os nomes dos povos indígenas foram escritos de acordo com a grafia adotada pelo Instituto Socioambiental e com as resoluções da Convenção para a grafia dos nomes tribais, estabelecida na I Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953. A Convenção estabeleceu o uso da inicial da maiúscula para os nomes dos povos, sendo opcional quando forem usados como adjetivo, sem flexão de número ou gênero (APOLINÁRIO, 2014, p.22)

Pode-se observar, portanto, que o uso do termo “índio” encontrado na 1ª edição é evitado na edição de 2014, sendo mais comuns termos como povos indígenas, povos originários, ameríndio ou o nome específico do povo, povo Barasano, Yanomami, Tupi, Mundukuru, entre outros.

O termo índio surge do erro de Cristóvão Colombo, pensar que havia chegado nas Índias Orientais, na Ásia, ao chegar no novo continente. Assim, os europeus generalizaram, chamando os habitantes americanos de índios (SILVA; SILVA, 2006, citados por SILVA *et al.*, 2017). Por ser um termo carregado de preconceitos, pesquisadores vêm tentando “substituí-lo por outros como nativos, autóctones, sociedades indígenas, e por fim, [...] povos indígenas” (SILVA *et al.*, 2017). Ainda na unidade 1, tema 2 - O tempo e a história - no tópico “Há diversos tempos na história”, é dado destaque para o povo Surui Paiter, no seguinte texto:

[...] Na vida humana, na prática, existem diferentes temporalidades, diferentes relações com o tempo. [...] exemplo é o povo Surui Paiter, que vive em terras do Mato Grosso e de Rondônia e que tem seu tempo marcado por uma tradição. Nessa comunidade, metade das pessoas cuida da mata, os *metare*, e a outra metade cuida da roça ou da comida, os *íwai*. Na época da seca (maio a outubro), os *metare* instalam-se na mata, a fim de caçar e pescar, enquanto os *íwai* vão cuidar da roça. A troca de lados é feita em ciclos anuais, ocasião marcada por uma grande celebração, o Mapimai, que reúne os dois grupos (APOLINÁRIO, 2014, p.29).

Na mesma página, são usadas duas imagens para mostrar situações diferentes de percepções da passagem do tempo, uma dessas imagens é a foto de crianças Yanomami se pintando na aldeia Demine, em Barcelos, no Amazonas. A legenda dessa imagem incluiu a informação de que, “para essas crianças, a cerimônia do *Reahu* é a medida de tempo principal, ocasião em que as pessoas da comunidade trocam bens e notícias” (APOLINÁRIO, 2014, p.29).

O tema “o tempo e a história” também é encontrado na primeira edição, porém, sem a temática indígena. Outra observação importante: seja no texto principal, nas imagens, ou em textos auxiliares, o livro da 4ª edição mostra a cultura indígena como uma realidade atual, contribuindo, assim, para superar a concepção de indígenas como sendo povos do passado. De acordo com Paz (2016), durante muito tempo, nos livros de História do Brasil, os indígenas eram citados apenas nos primeiros anos da colonização, exterminados pelo genocídio e etnocídio.

Continuando no livro do 6º ano, 4ª edição, a unidade 2 é intitulada “As origens do ser humano”. No tema 1, “A evolução da vida na terra”, no primeiro tópico, “A origem da vida na Terra”, antes de apresentar a teoria da evolução como uma explicação científica para a diversidade das espécies, o autor apresenta um texto bíblico referente a criação, em seguida, explica que o texto é uma ideia que vem de uma crença religiosa utilizada para explicar a origem da vida. O “criacionismo”, portanto, é inicialmente abordado, para em seguida, ser apresentado o “evolucionismo” como a teoria aceita pela ciência, como hipóteses elaboradas por cientistas com base em evidências materiais e não em crenças religiosas.

É compreensível a importância de abordar as crenças dos seres humanos em relação às origens. Mas, o que chama atenção no primeiro momento é a falta de outra narrativa cultural religiosa para explicar o processo de “criação”, além da narrativa bíblica. O que seria interpretado como uma abordagem por demais eurocêntrica, silenciando as narrativas religiosas de outros povos habitantes dessa terra chamada Brasil. Porém, no final da unidade 2, que apresenta quatro temas (capítulos), a visibilidade é novamente dada aos povos indígenas. A seção “compreendendo um texto” trabalha uma amostra de um trabalho do escritor e professor Daniel Mundukuru, com o título “Um mito da criação do povo Mundurucu”. Em duas páginas, entre texto e atividade a seção preenche a lacuna deixada no início da unidade.

Na primeira edição do livro (5ª série), na unidade “As origens do ser humano” (nessa edição, unidade 1), a temática indígena é silenciada, voltando a ser abordada de forma significativa no final da unidade 2 “O povoamento da América”, na seção “Em foco”, com o texto “Uma lenda do milho” que faz parte da tradição oral dos grupos guaranis do sul do Brasil (MELANI, 2006, p.72).

No livro da 4ª edição (6º ano), o tema “O povoamento da América” está na unidade 3. Nesta, a temática indígena ganha mais destaque nos seguintes momentos: no tema 1, em uma fotografia recente de uma criança indígena do povo Kaipó, no tema 2 “Os modos de vida dos antigos ameríndios”, no tópico “O início da agricultura na América”, em uma fotografia, também recente, de uma indígena Kalapalo do parque do Xingu. Com estas imagens, o aluno não só percebe as sociedades indígenas como atuais, mas também percebe a contribuição de sua cultura para a formação dos costumes do povo brasileiro. Valorizar as diferentes culturas é o passo inicial para o desenvolvimento da cidadania (SOUSA, 2017).

Encerrados os destaques dados à temática indígena no volume 1 da coleção, inicia-se a análise do volume 2, livro da 6ª série – 1ª edição/2006 e livro do 7º ano – 4ª edição/2014.

No volume 2 (6ª série / 7ºano), usando a mesma metodologia usada no volume 1, a leitura foi iniciada pela primeira edição da coleção. A primeira referência aos povos indígenas no livro da 6ª série, está na unidade 5 – “O encontro entre dois mundos” no Tema 3 “A expansão marítima portuguesa”. O tópico “O início da expansão portuguesa” dá pouca visibilidade aos indígenas, narra a chegada da expedição do navegador português em frente ao Monte Pascoal, no atual estado da Bahia, em 22 de abril de 1500 e conta que “na manhã do dia seguinte, os portugueses desceram à terra pela primeira vez, às margens do Rio Caí, onde fizeram os primeiros contatos com **os nativos**” (MELANI, 2006, p.126. Grifo nosso).

Na edição de 2014, no livro do 7º ano, esse tema é abordado na unidade 7 – “As grandes navegações e os portugueses na América”. O Tema 3, “Primeiros contatos entre indígenas e portugueses” inicia com o tópico “Os povos de

Pindorama”. No texto, um conjunto de informações que levam ao aluno uma eficiente ferramenta de desconstrução de preconceitos, conforme pode ser observado no seguinte trecho:

Os portugueses não foram os primeiros habitantes das terras que viriam a ser chamadas de Brasil. Quando aqui chegaram, encontraram povos com cultura, costumes, organização social e línguas totalmente diferentes do que conheciam na Europa, na África e no Oriente. Calcula-se que, em 1500, entre 3 milhões e 5 milhões de nativos habitassem o território brasileiro, distribuídos em mais de mil povos que falavam aproximadamente 1.300 línguas. Cada um desses grupos possuía seus rituais, crenças, mitos, línguas, formas de trabalho e organização social. Segundo a classificação feita por estudiosos, as línguas mais faladas pelos indígenas do Brasil podem ser agrupadas em quatro troncos linguísticos: Tupi, Macro-jê, Aruaque e Caraíba. Por estarem distribuídos ao longo da costa brasileira, os povos Tupi foram os que tiveram mais contato com os portugueses” (APOLINÁRIO, 2014,p.170).

O texto deixa evidente que as terras onde os portugueses chegaram já tinham povos de diferentes culturas, distintos, não só em relação aos “visitantes” e os povos por eles conhecidos, mas diferentes entre si. Desconstruindo, assim, o tipo genérico de “índio”, apontando os números de povos, indivíduos e línguas faladas. Evidencia também que o fato histórico não foi um descobrimento, e sim, uma invasão de territórios de milhões de pessoas, uma violência que se estende à cultura de milhares de povos, tolhendo seus costumes milenares, suas crenças e línguas (VASCONCELOS, 2015).

No decorrer do capítulo o texto ainda expõe o modo de vida do povo Tupi, os laços de solidariedade nas aldeias, os costumes das famílias, os casamentos e a relação da guerra com o ritual antropofágico. Para desconstruir o mito que os indígenas antes da chegada dos portugueses eram apenas caçadores, pescadores e coletores, o texto mostra que, além dessas atividades, eles cultivavam, na agricultura de subsistência, diversos alimentos como mandioca, milho, inhame, abóbora, batata-doce etc. Com materiais como troncos de árvores, ossos, fibras vegetais, barro e madeira, confeccionavam diferentes artigos, como canoas, arcos, flechas, redes, cestos e diversos objetos de cerâmica (APOLINÁRIO, 2014).

Voltando ao livro da 6ª série, na página abertura da unidade 5, “A exploração dos impérios coloniais”, explicita-se que naquela unidade será feita uma reflexão “sobre os desdobramentos que a conquista da América pelos europeus acarretou para as sociedades indígenas nativas” (MELANI, 2006, p.156). Porém, no texto principal, os indígenas são mostrados em breves momentos, sem muito destaque nos fatos da história do Brasil a eles relacionados.

No tema 4, “A colonização portuguesa na América”, no tópico “A extração do pau-brasil”, afirma-se que esta atividade “contava com o trabalho indígena, que extraía da mata a madeira para os portugueses” (MELANI, 2006, p.170). No tópico “Escravidão africana na América”, argumenta-se que “os indígenas foram largamente empregados nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar, mas eles não foram suficientes”, além disso, a Igreja condenava essa escravidão, pois “considerava que os índios possuíam alma” e eram “profundos conhecedores do território, o que facilitava a fuga do cativo” (MELANI, 2006, p.171).

Traçando um paralelo com o livro do 7º ano (4ª edição), na unidade 7, tema 4, “A colonização da América”, o tópico “O valioso pau-brasil” faz uma explanação da

exploração desse produto pelos portugueses antes da colonização de fato. Afirma que “na floresta, a madeira era explorada no regime de escambo. Por meio deste, os **indígenas** cortavam a madeira e a carregavam até os navios em troca de diferentes produtos, como peças de tecido, contas coloridas, canivetes, facas e espelhos” (APOLINÁRIO, 2014, p. 174. Grifo nosso). Portanto, uma narrativa mais voltada para a atuação dos indígenas que a dos demais personagens.

No tópico “Interação entre indígenas e portugueses”, afirma-se que no início da colonização, mesmo com a exploração do pau-brasil as relações entre os colonizadores e indígenas eram pacíficas, os conflitos ocasionais estavam relacionados com a aliança que os indígenas adotavam nas guerras entre portugueses e franceses (APOLINÁRIO, 2014). Porém:

As tensões tornaram-se inevitáveis quando os portugueses começaram a escravizar os nativos, obrigando-os a abandonar suas aldeias e a trabalhar nas lavouras”. A guerra dos conquistadores contra os nativos, conhecida como **guerra justa**, tornou-se uma prática frequente. No século XVII, muitas populações nativas já tinham sido dizimadas (APOLINÁRIO, 2014, p. 178. Grifo original).

O texto ainda evidencia que os portugueses se beneficiaram muito dos conhecimentos indígenas, que a convivência foi importante para os objetivos dos colonizadores, pois “os europeus aprenderam com os nativos a se orientar nas matas, a reconhecer a aproximação de cobras, onças e outros perigos, a fabricar canoas com um único tronco de árvore, etc.” Mostra também que produtos da dieta dos povos originários, como o milho e a mandioca “foram incorporados à alimentação portuguesa e criaram raízes na cultura que se formaria mais tarde no Brasil” (APOLINÁRIO, 2014, p.178).

No livro da primeira edição (6ª série), no texto principal da unidade 5, ainda ocorre outra breve referência aos indígenas, ao afirmar que com a vinda de Tomé de Souza, primeiro governador-geral, chegaram também os padres jesuítas, para “iniciar a evangelização dos indígenas” (MELANI, 2006, p.173). Porém, é no final dessa unidade, na seção “Em foco”, com o tema “Os povos indígenas no Brasil”, que é dada nesse livro a maior visibilidade aos povos originários. São oito páginas dedicadas somente aos indígenas do Brasil. Diferente dos outros momentos do livro, quando eles eram citados em pequenas frases e como coadjuvantes, agora ganham maior espaço e destaque na história.

No primeiro tópico, “A história da colonização”, um texto de uma narrativa indígena que mostra “como os índios de hoje interpretam a história que se iniciou com a chegada dos portugueses em 1500” (MELANI, 2006, p. 176). Os números da população, localização de terras indígenas no Brasil, diversidade cultural, reivindicações e problemas atuais das comunidades são apresentados nas páginas seguintes. Um tópico com duas páginas é dedicado aos tupis, suas redes de relações sociais e o cotidiano. No livro da quarta edição, na unidade 7, esses temas também são abordados, não na seção “Em foco”, mas no texto principal, sobretudo, nos temas 3 e 4.

Com oito páginas exclusivas trazidas na seção “Em foco”, observa-se que na primeira edição, os indígenas ganham visibilidade na quantidade de texto, porém as narrativas da quarta edição atribuem maior protagonismo aos povos originários e são mais distanciadas da narrativa eurocêntrica. Dos quatro volumes da coleção da primeira edição, o livro da 6ª série é o que mais faz menção aos povos indígenas.

Porém, exceto a seção “Em foco”, presente no final da unidade 5 e que aborda “Os povos indígenas”, as citações são rápidas e mostram esses povos como passivos, que são colonizados, aldeados e aculturados sem resistências. Assim ocorre em outros momentos na unidade 7, conforme, exemplos mostrados a seguir.

Na unidade 7, “O Nordeste colonial”, tema 2, “Nem só de açúcar vivia a colônia”, em um tópico avulta-se que “O algodão é um produto nativo da América e já era utilizado pelos indígenas antes da chegada dos europeus”. No tópico “A produção de alimentos”, que “a maior parte dos produtos da agricultura de subsistência do Brasil colonial tinha origem na cultura indígena” (MELANI, 2006, p.191).

No livro da quarta edição, “O Nordeste colonial” é o título da unidade 8, e o tema “Nem só de açúcar vivia a colônia” é o tema 4. Neste, encontram-se abordagens semelhantes às mostradas no parágrafo anterior. No livro da primeira edição, na unidade 8, “A expansão colonial”, tema 4, “as missões Jesuíticas”, a visibilidade aos indígenas ganha um pouco mais de destaque mais o protagonismo ainda é dos missionários, como ocorre no seguinte trecho:

Os jesuítas eram fortemente influenciados pela organização militar e caracterizavam-se pela disciplina rígida, portanto era natural que eles impusessem aos indígenas um modo de vida bastante esquematizado e ordenado o que confrontava com a cultura dos nativos. Nas missões os índios praticavam o artesanato, agricultura, a caça e a coleta, além disso, criavam bois porcos galinhas e outros animais. Nas missões fundadas na região amazônica, havia exploração das chamadas drogas do sertão [...], extraídas de plantas locais e utilizadas com vários fins [...]. Os jesuítas introduziram ainda o cultivo de plantas vindas de outras partes do império português como a canela e a pimenta (MELANI, 2006, p.229).

Na quarta edição, os temas sobre as missões jesuíticas dão maior protagonismo aos indígenas, porém, esses temas foram para o livro do 8º ano. Como a análise dessa coleção está sendo feita por volume, esses textos não entram na análise nesse momento. Mesmo sem esses temas, o livro na quarta edição (7º ano) ficou mais relevante para o ensino da história e cultura indígena, por mostrar os povos originários como sujeitos históricos, através de textos e imagens que representam discursos menos eurocêntricos. A partir desse momento, passa-se a análise das duas edições do volume 3, 7ª série/2006 e 8º ano/2014.

No volume 3 (7ª série / 8ºano), a primeira referência aos povos indígenas no livro da 7ª série (primeira edição), ocorre na unidade 2 “A época do ouro no Brasil”. Mas de forma breve e sem atribuir nenhum protagonismo a esses grupos. O tema 1 “A descoberta e a exploração do ouro”, traz em sua primeira informação uma fala eurocêntrica, ao dizer que “a região das minas de ouro foi descoberta pelos bandeirantes paulistas, aventureiros que se embrenhavam nas matas atrás de riquezas minerais e **índios**”. Com o objetivo de encontrar metais preciosos, explica o texto, foram organizadas muitas expedições, como as entradas e bandeiras. Na sequência, entradas são definidas como “expedições financiadas pelo governo português para explorar territórios no interior da colônia e defender a região açucareira de **ataques indígenas** e piratas europeus, além de procurar pedras preciosas”. Já as bandeiras, como “expedições que saíam de São Paulo de Piratininga rumo ao interior onde capturavam **índios** para o trabalho nas lavouras”.

O autor esclarece que “o principal alvo das bandeiras eram as missões dos padres jesuítas, onde viviam muitos indígenas” (MELANI, 2006, p. 38-39. Grifo nosso).

No livro do 8º ano, edição de 2014 o título da unidade 2 é “A mineração no Brasil Colonial”. No tema 3, “A sociedade mineira”, inicia com o tópico “Os indígenas que viviam nas Minas”, esclarecendo que muito antes de surgirem as primeiras vilas mineiras, havia naquela região diversos grupos indígenas. Entre os citados estão os Botocudos, os Maxakali, os Purí, os Cataguá, os Araxá e os Kaiapó, que segundo o autor, viviam em algumas aldeias próximas às jazidas e em outras mais afastadas. Com as primeiras explorações do ouro, muitos tiveram que se refugiar no interior da colônia. Porém, houve resistência, alguns grupos promoveram ataques contra os povoados que ali se estabeleciam e contra as bandeiras que entravam cada vez mais no sertão (APOLINÁRIO, 2014). Ao lado do texto uma imagem de uma gravura que está no museu Castro Maia, Rio de Janeiro, uma pintura do final do século XIX com indivíduos dos grupos indígenas citados.

Este discurso apresentado é significativo para a temática, é importante conhecer as lutas e vitórias dos indígenas brasileiros para reconhecer e respeitar à história e à cultura desses povos, que eram marginalizados e estereotipados nos livros de História (SILVA *et al.*, 2017).

O texto continua dando destaque à história dos indígenas dessa região, narrando que um grande número foi morto e outra parte foi capturada e escravizada no serviço de mineração, na agricultura e trabalhos domésticos. Além disso, o texto informa que “os colonos assumiam a tarefa de catequizar os nativos para que, assim, pudessem explorá-los com o pretexto da evangelização” (APOLINÁRIO, 2014, v.3). Dessa forma, o leitor, aluno do 8º ano, pode perceber como “os indígenas que viviam sob a tutela de um colono foram progressivamente perdendo sua identidade étnica” (APOLINÁRIO, 2014).

Ainda na mesma unidade, na seção “Compreender um texto”, trecho de um trabalho de Resende e Hal (2007) citados por Apolinário (2014) é apresentado com o título “Presença e resistência indígena nas Minas Gerais”. Duas páginas são dedicadas ao tema com o texto e uma imagem com jovens indígenas atuais da aldeia Maxakali, do município de Lagoinha-MG. Dessa forma, já nesse instante da análise, é percebido um avanço significativo na temática indígena, da forma como é abordada no livro publicado antes da Lei 11.645/08 para o outro publicado depois.

Voltando a edição de 2006 (7ª série), um momento em que é dada uma certa visibilidade aos povos indígenas ocorre na unidade 5 – “A era de Napoleão e as revoluções na América espanhola”. Isso não acontece no texto principal, mas na seção “Em foco”, que nesta unidade traz o destaque para o tema “Os indígenas na América independente”. Toda via, o texto trata dos indígenas da América colonizada pelos espanhóis e não dos povos do atual território brasileiro.

Inicialmente, o texto deixa evidente que a independência das colônias americanas não representou uma independência para os indígenas e sim, a imposição dos novos governos, que acreditavam que esses povos tinham que se ajustar e contribuir para a modernização da economia e sociedade. Em vários países a posse coletiva da terra ficou ameaçada e campanhas militares expulsaram os “índios” de seus domínios (MELANI, 2006, p.128). Ademais, o parágrafo mais significativo do texto para a história dos nativos americanos é sobre a resistência indígena, ao expressar que:

Os indígenas de diferentes Estados hispano-americanos não assistiram passivamente à violação de seus direitos ancestrais pelo governo e pelos grandes fazendeiros. O século XIX foi coalhado de revoltas armadas camponesas, que reivindicaram a recuperação das terras tomadas, denunciavam desvio do curso de rios por fazendeiros ou pressionavam a abolição de tributo. Também foi comum a ação de grupos indígenas ou mestiços bandoleiros que ameaçavam a tranquilidade das elites (MELANI, 2006, p. 129).

Na edição de 2014 (8º ano), a unidade 5 vem com quase o mesmo título: “A era de Napoleão e as independências na América”. A abordagem feita na seção “Em foco”, na edição de 2006 é apresentada nesta edição mais recente no texto principal, no tema 5, “Indígenas e africanos na América independente”. Dessa forma, estas últimas narrativas mostradas do livro, que são as de maior visibilidade aos indígenas do livro da 1ª edição, também estão presentes no livro da 4ª edição.

Na última unidade da primeira edição, a temática indígena é retomada nas seções “atividades” (no tópico: análise de textos e imagens) e “Em foco”. Na primeira, é trabalhado um texto que aborda o papel do romantismo indianista na busca pela criação de uma identidade nacional brasileira no século XIX. Como exemplo, os romances *O guarani* e *Iracema*, de José de Alencar. Na seção “Em foco”, um texto que trata da concentração de terras tem um pequeno tópico que trata da questão das terras indígenas no Brasil. Destaca que a Lei de 1850 considerou as terras indígenas como devolutas, sendo, portanto, a causa de muitas terem sido tomadas, vendidas e revendidas. Informa que regularização das terras indígenas foi iniciada em 1967 e o processo foi acelerado com a constituição de 1988, que trouxe direitos aos nativos em relação ao dever do estado de demarcá-las. Destaca ainda que um decreto dos anos de 1990, enquanto procurou assegurar a demarcação das terras indígenas, permitiu a contestação de terras demarcadas, o que levou ao aumento das invasões de áreas indígenas (MELANI, 2006). Portanto, o pequeno texto faz um resumo da questão das terras indígenas no Brasil.

No livro do 8º ano da edição de 2014, a unidade 8 tem o mesmo título “Brasil: da regência ao segundo reinado”. Nesta, a temática indígena não é abordada de forma significativa. Os indígenas aparecem apenas, na seção atividades, em uma imagem de uma pintura de 1879 e em um pequeno texto sobre um projeto artístico desenvolvido por D. Pedro II em que artistas foram incentivados a construir obras com temas como a paisagem, os indígenas, os colonizadores e o imperador.

No entanto, na unidade 9, “A expansão dos Estados Unidos no século XIX”, a temática indígena é retomada de forma crítica, principalmente, quando mostra que os princípios de liberdade e igualdade, consagrados pela Revolução Francesa não foram considerados no processo da expansão para o oeste. Terras indígenas foram tomadas e populações dizimadas. Um trecho de um livro do escritor Dee Brown é apresentado, mostrando o relato do indígena *Sioux Mahpiauua* Luta, conforme segue:

De quem foi a voz que primeiro soou nessa terra? A voz do povo vermelho que só tinha arcos e flechas... O que foi feito em minha terra, eu não quis, nem pedi; os brancos percorrendo minha terra... Quando o homem branco vem ao meu território, deixa uma trilha de sangue atrás dele [...] (BROWN, 1986, citado por APOLINÁRIO, 2014, p.220).

O livro do 8º ano da coleção de 2014, também aborda a temática indígena na unidade 6 – “A independência do Brasil e o primeiro reinado”. A seção “Em foco” traz

o tema “Os indígenas no Brasil Imperial”. São quatro páginas de texto e imagens tratando de assuntos, como: os direitos dos povos indígenas estabelecidos pela constituição de 1988; as relações de contato desses povos com as sociedades e agentes sociais não indígenas; a visão da sociedade de políticos e intelectuais em diferentes períodos; a guerra justa e a escravidão indígena; as aldeias indígenas criadas para incorporar alguns à ordem colonial, catequizá-los, reelaborando suas culturas e identidades, tornando-os súditos do rei, para poder ter alguns direitos, como o de não serem escravizados e acesso às terras coletivas das aldeias; a resistência indígena e a imagem romântica do “índio”, criada nesse período, nos “[...] discursos de obras políticas, literárias históricas científicas e artísticas” [...], quando os indígenas são mostrados, em obras de José de Alencar, por exemplo, “[...] sem qualquer rebeldia, como aliados fieis dos portugueses, incorporando muito de suas características” (APOLINÁRIO, 2014, p.163).

No volume 4 (8ª série / 9º ano), a temática indígena é pouco abordada, principalmente na primeira edição. No livro da 8ª série ocorre em três breves momentos. O primeiro, na Unidade 7, “Democracia e ditadura no Brasil”, no tema 6, “A redemocratização e o governo Sarney”. No tópico “Rumo a uma nova Constituição” é dito que a Carta magna de 1988, “ao reconhecer também a necessidade de leis de proteção ambiental, o fim da censura às produções culturais e o direito dos indígenas às terras que ocupam, representou um enorme avanço rumo à organização de uma sociedade democrática e menos desigual” (MELANI, 2006, p.207).

A segunda referência é feita na mesma unidade, no box “Um problema: o paradoxo da globalização”, ao lado do texto do Tema “A globalização e seus efeitos”. No box é esclarecido que mesmo num mundo globalizado, que tende a padronizar globalmente a cultura americana, existem as identidades locais, como no Brasil, onde “os povos indígenas conquistaram o direito à terra que tradicionalmente ocupam e à instalação de escolas indígenas [...]. Todos esses exemplos demonstram que algumas culturas locais e tradições étnicas sobrevivem ao mundo globalizado” (MELANI, 2006, p.233).

A terceira e última citação aos povos originários ocorreu na unidade 8, “A nova ordem mundial”, na seção “Análise de texto e imagem”. O texto com o título “Retrato do Brasil”, no tópico “Raça ou cor”, afirma que em 2004, no Brasil, 51% da população se declarou branca, 42%, parda, 6,1%, preta, 0,5%, amarela e 0,4%, indígena e que “o total de índios cresceu de 294 mil, em 1991, para 730 mil, em 2004” (MELANI, 2006, p.246). Ao lado do texto, uma fotografia mostra uma dança da tribo xavante, na aldeia Pimentel Barbosa, no Mato Grosso.

No livro da quarta edição, (9º ano) os povos indígenas são citados também em três momentos, porém, mais ampla e significativamente, tendo maior visibilidade com textos maiores e maior número de imagens. A primeira temática ocorre na unidade 5, “A era Vargas”, tema 3, “Costumes e cotidiano na era do rádio”. No tópico “os indígenas: raízes da brasilidade”, uma página é dedicada a mostrar uma das estratégias do governo de Getúlio: Viagens ao interior do Brasil, em terras habitadas por indígenas. Com o discurso de “desenvolver” regiões de pequena densidade demográfica e unificar a nação, em 1938 o presidente lançou a campanha “Marcha para o oeste”, um ano depois, “criou o Conselho Nacional de proteção aos Índios (CNPI) e o entregou à direção de marechal Cândido Rondon” (APOLINÁRIO, 2014, p. 144).

O texto evidencia que Vargas pretendia, enquanto invadia as terras indígenas para a construção de rodovias e o incentivo às atividades agropecuárias, defender a identidade indígena como símbolo nacional, “por conterem as verdadeiras raízes da brasilidade” (APOLINÁRIO, 2014,). Porém, prossegue:

A ideia de enaltecer a imagem do indígena e integrá-lo definitivamente à sociedade repercutiu intensamente nas propagandas do governo Vargas, no entanto, o Estado continuou a tratar os indígenas como seres incapazes que, necessitavam de tutela despeitando seus interesses e implementando políticas para esses povos sem que eles fossem consultados. Alguns grupos colaboraram com o governo, mas muitos rejeitaram a política governamental (APOLINÁRIO, 2014, p. 144).

No final do texto, há uma fotografia de indígenas ao lado do Marechal Cândido Rondon, em visita a uma aldeia em Mato grosso, em 1944. Na unidade 8, “Democracia e ditadura no Brasil”, tema 4 “O processo de abertura”, no tópico “Os indígenas na ditadura militar” uma página é dedicada a perseguição aos povos originários no período do regime ditatorial. Nas primeiras linhas, o texto informa que “recentes investigações promovidas pela Comissão Nacional da Verdade, revelaram que ao menos 8.350 indígenas foram mortos, presos, torturados ou expulsos de seus territórios entre 1964 e 1985 (APOLINÁRIO, 2014, p. 228).

Como exemplos, são citados indígenas de diferentes etnias como os Ashaninkas, os Krenaks, os Kaingangs e os Guaranis, que foram enviados ao Centro de Reeducação Indígena Krenak, fundado pelos militares em 1969. As alegações eram: “consumir álcool, sair de sua área tribal, carregar arco e flecha, brigar e até mesmo promover atos descritos como vadiagem”. No local eram torturados e muitos não retornaram e foram dados como desaparecidos (Idem).

Outros povos originários citados no texto: os Waimiri-Atoari, que habitavam uma área na divisa do Amazonas e Roraima, que foram massacrados na invasão de suas terras para construção da rodovia e da hidrelétrica de Balbina e os Akrãtikatejê, expulsos de suas terras com a construção da usina Tucuruí, no Pará. Além disso, lideranças indígenas e pessoas que defendia a causa, foram perseguidas e assassinadas. A União das Nações Indígenas e o Conselho Indigenista Missionário foram acusados de prover atividades subversivas e comunistas (Idem).

Com uma imagem ao lado, com indígenas assistindo a uma sessão da Assembleia constituinte que aprovou a Constituição de 1988, o texto é concluído ao dizer que mesmo sofrendo repressão e violência os movimentos indígenas resistiram e tiveram papel importante no texto final da Carta Magna que “reconheceu a organização social, os costumes, as línguas, as tradições e as crenças indígenas e o direito desses povos às terras que tradicionalmente ocupam” (Idem).

A temática indígena ocupa ainda mais duas páginas com textos e imagens na última unidade do livro do 9º ano. Na unidade 9 “O Brasil e o mundo globalizado”, tema 5 “Um balanço do Brasil contemporâneo”, no tópico “Os indígenas no Brasil atual”, são apresentados números atuais e fatores que explicam o crescimento da população indígena no País nas últimas décadas. Políticas públicas são atribuídas como uma das causas da etnogênese de muitos indivíduos além da mobilização dos próprios indígenas.

Os dados e o porquê da necessidade da demarcação das terras indígenas são apresentados, além das reivindicações dos movimentos diante dos problemas dessa população. Organizações indígenas atuais também são citadas, como a

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, com seus objetivos e conquistas para a população indígena do País, (APOLINÁRIO, 2014).

CONCLUSÕES

O presente artigo objetivou identificar mudanças e manutenções em uma das coleções de história mais difundidas pelo Programa Nacional do Livro Didático, o Projeto Araribá História, da Editora Moderna. Buscando entender a repercussão da Lei 11.645/2008 e identificar o que mudou e o que foi mantido em duas edições dessa coleção. Neste sentido, foi desenvolvido um estudo empírico sobre o livro didático de História, tendo por foco a análise das abordagens sobre os povos indígenas em uma publicação anterior e outra posterior à Lei 11.645/08.

Como resultado da questão central da pesquisa, pode-se afirmar que houve importantes avanços na representação dos povos indígenas na coleção, da edição impressa em 2006 para a publicada em 2014, embora o discurso eurocêntrico não tenha sido totalmente eliminado.

No estudo, foi observado que o uso do termo “índio”, encontrado na publicação anterior à Lei 11.645/08, é evitado na edição de 2014. Nesta, publicada depois da referida Lei, são mais usados termos como povos indígenas, povos originários, ameríndios ou o nome específico do povo. Os livros da 4ª edição apresentam a cultura dos povos indígenas como uma realidade atual, desconstruindo o estereótipo de povos do passado. Além disso, mostram a contribuição dessa cultura para a formação dos costumes do povo brasileiro.

Nos novos textos que narram a chegada dos portugueses às terras do atual Brasil, fica evidente que nesse lugar habitavam povos de diferentes culturas, línguas, crenças e costumes. Discurso, este, contrário à imagem do “índio” genérico, uma descrição preconceituosa que contribui para manter o silenciamento da história e da cultura das diferentes nações indígenas existentes no Brasil. Fica explícito para o educando, por meio desses novos discursos sobre a colonização, que houve uma invasão de territórios de milhões de indivíduos e um ataque à cultura de milhares de povos.

De modo geral, os livros da quarta edição são mais relevantes para o ensino da história e cultura indígena, por mostrar um maior protagonismo desses sujeitos históricos, suas lutas, resistências e contribuições para a formação do Brasil. Nesse aumento de visibilidade aos indígenas na edição mais recente, são abordados povos de diferentes etnias.

Portanto, nos livros da coleção publicados após a Lei que determina a obrigatoriedade do ensino e da história e cultura dos povos indígenas brasileiros, preconceitos e estereótipos na representação desses povos foram reduzidos, há uma maior visibilidade a essas nações, o discurso eurocêntrico foi reduzido, mas ainda está presente nas narrativas da História do Brasil e muito visível pela permanência de abordar a história e cultura do povo europeu com maior destaque.

Contudo, se faz necessário observar que a permanência de falas do lugar do colonizador é comum ser encontrada ainda em qualquer livro didático, pois o processo de descolonizar o saber encontra vários obstáculos, entre eles os defensores da educação privada, do pensamento único, globalizado, criado nas nações centrais do capitalismo e imposto a todos os povos. Para estes novos colonizadores a formação do ser humano não deve ser para transformar a

sociedade em que vive, mas se adaptar às necessidades dos novos impérios. Nessa unificação do conhecimento há pouco espaço para cultura de outros povos e a história se limita ao recorte imposto pelo colonizador.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, M. R. **Projeto Araribá História**. 4 ed. São Paulo: Moderna, 2014. 4v.

BITTENCOURT, C M. F. **Livro didático e saber escolar: 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRAGATO, F. F.; BIGOLIN NETO, P. Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção / Indigenous land conflicts in Brazil: between risk and prevention. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 156-195, mar. 2017. ISSN 2179-8966. URL: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21350>> DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2017.21350>

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008**. URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>

_____. Presidência da República. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.1996. URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

_____. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos. PNLD 2008: História/ Ministério da Educação**. — Brasília: MEC, 2007. 124 p.

_____. Ministério da Educação. **PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais / Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - SEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2016. 140 p.

FRANCO, R. K. G. A Consciência étnica do trabalho docente indígena (1988-2018). **Revista Labor**, V 1, N. 23, p, 131-152, 2020.URL: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53151/1/2020_art_rkgfranco.pdf>. DOI:10.29148/revistalabor.v1i23.44 364 ISBN: 1983-5000

MELANI, M. R. A. **Projeto Araribá História**. São Paulo: Moderna, 2006. 4v.

MUNAKATA, K. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação** [online]. v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016. URL: <<https://doi.org/10.1590/2236-3459/624037>>. ISSN 2236-3459.

NASCIMENTO, J. F.; FONSECA E SILVA, J. G.; ÁVILA, V. P S. O livro didático e a implementação da Lei. N. 10639/03 no ensino de história. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 5, n. 13, p. 101-113, maio 2016. ISSN 2237-258X. URL: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5186>>

PAZ, J. S. Os índios na história do Brasil. In: ANDRADE, J. A.; SILVA, T. A. A. (org.). **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas.** – Recife: Edições Rascunhos, 2016.

SALLES, M. A. O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 10, n. 1, 11 out. 2014. URL: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4387>>

SOUSA, J. S. A história indígena e sua presença nos livros didáticos. **Revista de história**. v. 6, n. 1 - 2., p. 5-19, 2017. URL: <<https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/revistahistorian6v1-2.pdf>>.

SILVA, I. B. **O livro didático de História no cotidiano escolar.** Curitiba: Appris, 2014.

SILVA, I. B.; ARAÚJO, F. M. L.; SOUSA, J. S. A lei 11.645/2008 e a questão indígena nos livros didáticos. *Revista Educativa - Revista de Educação*, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 691-716, dez. 2017. ISSN 1983-7771. URL: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/6842>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/educ.v20i3.6842>

VASCONCELOS, J.W.C. Terra Brasilis: Brasil.“Quem descobriu quem?”. **Revista Web Artigos**, 27 mai. 2015. URL: <<https://www.webartigos.com/artigos/terra-brasilis-brasil-quem-descobriu-quem/132503>>

WITTMANN, L. T. (Org.). **Ensino (d)e História Indígena.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.